

1
V.
6

ACTA 5/2010

-- Aos trinta dias de Dezembro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira do Município, reportado a trinta de Junho de dois mil e dez; 3) Tomada de posição do Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas número quatro de dois mil e dez – Segunda Secção; 4) Alteração do artigo quarto dos Estatutos da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; 5) Adesão do Município de Mafra como membro fundador da Fundação ESHTe I&D; 6) Reestruturação dos Serviços Municipais; 7) Mapa de Pessoal; 8) Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento Singular – Rendimentos de dois mil e onze; 9) Lançamento da Derrama para dois mil e onze; 10) Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município; 11) Documentos Previsionais para o ano de dois mil e onze. --

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís António Duarte Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Presidente da Assembleia Municipal), Américo José de Oliveira Peralta, Ana Isabel Conceição Oliveira Silva que substituiu Mário João Acúrcio Vicente (Presidente da Freguesia de Cheleiros), Ana Rute Júlio Azeiteiro, Aníbal Rolim Ferra, António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira), António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira), António Manuel Gomes Garcia Branco, Carlos Alberto André Batalha, Carlos Alberto dos Reis, Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés), Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, Daniel Duarte Marchante, Daniela Filipa Batista da Costa que substituiu Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Jorge Manuel Louro dos Santos Duarte que substituiu Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia de Igreja Nova), Filipe Miguel Martins Estrela Infante, Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro), Hugo Manuel Moreira Luís, Ivo Tiago Marques Caracol, João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário), Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira), Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz, José Alberto de Barros Quintã (Presidente da Freguesia de Sobral da Abelheira), José João Lopes Costa, Júlio Manuel Lopes, José Eduardo Libânio da Silva que substituiu Licínia Correia Batista Quitério, Luís Filipe de Almeida Cordeiro (Presidente da Freguesia do Gradil), Manuel Maria Pimenta, Carlos Maia, Renato Alves dos Santos que substituiu Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia da Enxara do Bispo), Mário Manuel Costa Pereira, Miguel Ângelo da Silva Correia, Nuno José Silvestre Quitério que substituiu Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcainça), Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela, Ricardo Nuno da Fonseca Cacheira que substituiu Paula Cristina Silvério Raposo Borges (1.ª Secretária), Sérgio Alberto Marques dos Santos, Teresa Jesus Afonso Alexandre, Tiago Miguel Plácido Nunes, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro) e, por último, Luís António Duarte Ribeiro Alves (2.º Secretário). Faltaram os Senhores Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado) e José Lourenço Alves do Nascimento, indicado pelo Presidente da Freguesia da Encarnação, Nuno João da Cruz Sardinha, como seu substituto. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, colocando-se à discussão a acta número quatro de dois mil e dez. -----

-- O Senhor António Branco mencionou que há uma incorrecção na transcrição da votação do ponto número três da ordem dos trabalhos da sessão de trinta de

Setembro de dois mil e dez, pois são "referidos dois votos da CDU e duas abstenções da CDU, presumindo-se que houve um lapso". -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que serão introduzidas as correcções solicitadas. -----

-- Prosseguiu-se com a votação da acta número quatro, tendo esta sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, oito do PS, dois do CDS/PP, dois da CDU e um do BE, bem como duas abstenções, respectivamente do PPD/PSD e do PS. -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra, apresentando a proposta que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO UM". -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "ontem ouvi nos noticiários da Rádio do Concelho de Mafra uma notícia que causa alguma preocupação aos consumidores do Concelho: a factura mensal da água vai sofrer um aumento brutal na ordem dos dezassete por cento; mais, segundo a mesma fonte de informação, esse aumento brutal da factura da água terá sido decidido em reunião de Câmara de vinte e três de Dezembro e destina-se a «castigar» os consumidores já a partir do dia um de Janeiro de dois mil e onze. Perante isto, o grupo municipal do CDS-PP coloca as seguintes questões ao Executivo Camarário: um, é ou não verdade que as facturas a emitir pela Veolia, sobre tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos, vão sofrer aumentos brutais para o próximo ano, nomeadamente na ordem dos anunciados dezassete por cento; dois, caso se confirme esta notícia, porque é que o Executivo Camarário não enviou a esta Assembleia Municipal a informação e explicação sucinta que levou a aprovar este aumento brutal das tarifas da água; três, quais as razões que justificam estes aumentos?" -----

-- O Senhor José João Costa passou o ler o documento que se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO DOIS". -----

-- Interveio o Senhor Sérgio Santos, dizendo: "O assunto que aqui me traz a esta tribuna representativa da vontade do povo de Mafra nas últimas eleições autárquicas é simples, Senhor Presidente. Espero que a sua resposta o seja também e, acima de tudo, possa a população associativa deste Concelho ficar com um rumo definido quanto ao «pingue-pongue» que nos parece existir sobre esta matéria. Todos sabemos que com as novas transferências do Estado para as Autarquias, ao nível da educação, vários edifícios foram também. Nesta vertente, quero abordar o futuro da rede de edifícios das Escolas Primárias em Mafra. Considerando que a recuperação destas antigas escolas, entregando-as aos movimentos cívicos, sociais e associativos locais, é uma forma útil de recuperar o património, que de outra forma se vai degradando, enquanto os movimentos de cidadãos ficam cerceados de melhor desenvolverem as suas actividades junto das comunidades; considerando os bons exemplos que ocorrem por este país quanto à reutilização social, associativa e até turística destas antigas Escolas Primárias; considerando que neste Concelho a gestão e usufruto de algumas antigas Escolas Primárias já foi entregue ao movimento associativo e/ou social; tendo conhecimento que existem freguesias onde, perante as mesmas circunstâncias, não estão a ocorrer entregas das antigas escolas; tendo conhecimento que a não entrega destas está a ser justificada com uma pretensa alienação patrimonial ou futuro encaixe financeiro que a Câmara pretende vir a realizar, mesmo sabendo-se haver instituições locais interessadas; pergunto: existe vontade ou não de entregar todo o conjunto de antigas Escolas Primárias aos movimentos cívicos, sociais e associativos locais? A quem as direcções destes movimentos se devem dirigir para manifestar a sua vontade de cooperação institucional? À Câmara Municipal? Às Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra? A bancada do PS agradece que o Senhor Presidente esclareça toda a Assembleia sobre esta dúvida para que a mesma não mais prevaleça e os diversos movimentos associativos de Mafra saibam com o que podem contar". -----

-- O Senhor José Eduardo Silva passou a ler o documento que se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO TRÊS". -----

-- Interveio o Senhor Daniel Marchante, mencionando que "o que me traz aqui é uma pergunta sobre o Centro de Dia de São Miguel de Alcainça. Tendo em consideração que o Centro de Dia está construído há anos sem ocupação ou utilidade, o que torna o edifício num «Elefante Branco», solicitamos ao Executivo alguns esclarecimentos: financiamento pelo Município – como foi possível que no anterior mandato o Município entregasse à antiga direcção do Centro, presidida pelo então Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Manuel de Oliveira, um donativo de quatrocentos mil euros, quando o Centro de Dia não tinha projecto de viabilização, nem projecto urbanístico, não estava inscrito nas Finanças, nem registado na Conservatória Predial, nem tinha um projecto de arquitectura que se adaptasse à função a que se destinava? Considerando que, embora a instituição seja privada, ao decidir o financiamento em montante tão elevado, deveria o Município ter acautelado os seus interesses e deveria ter-se certificado quanto aos projectos e efectuado o acompanhamento das obras, de forma a que hoje os munícipes da freguesia pudessem usufruir de uma unidade de apoio social que, deste modo, se degrada sem funcionalidade. De louvar o trabalho da nova direcção empossada há um ano, que já conseguiu legalizar o Centro, mas tem tido dificuldades em encontrar uma saída viável de forma a pôr em funcionamento uma unidade prevista como Centro de Dia que nem uma cozinha tinha projectada para o edifício. Aguardamos esclarecimentos". -----

-- O Senhor Mário Pereira referiu-se "ao *outdoor* que tem como subtítulo «Estamos a tratar da saúde oral das nossas crianças». Quero interpelar o Executivo acerca deste programa e fazer algumas reflexões acerca da saúde oral. Destacar a importância da saúde oral como indicador de desenvolvimento socioeconómico da região e de um país, a par da taxa de mortalidade infantil. Também a este respeito visitei o *site* da Câmara Municipal e não encontrei nenhuma referência quanto a este programa. Assim, de que se trata afinal? Um programa de intervenção? Um programa de rastreio? De um objectivo estratégico da Câmara Municipal? Quais serão as instituições e as escolas envolvidas? Existe financiamento? Qual o horizonte temporal? Quais os objectivos pretendidos? Está prevista uma avaliação dos resultados? Em qualquer programa de saúde pública deverá haver sempre uma avaliação prévia à intervenção, isto é, um diagnóstico da situação nas escolas relativamente à saúde oral. Deverá estar prevista uma avaliação posterior a essa intervenção. É do conhecimento médico que um programa básico de saúde oral destinado às crianças deve ser constituído por: flúor diário – um comprimido por dia (e isto envolve uma verba de sete euros por ano); escovagem bi-diária dos dentes; e uma ida semestral ao dentista que, dependendo da contratualização efectuada, envolve trinta a setenta euros por ano. Por outro lado, devemos ter atenção àquilo que escrevemos para a comunicação social e para o grande público, porque «Vamos tratar da saúde oral das nossas crianças» é incorrecto. Em medicina, não se trata a saúde, tratam-se os doentes e portanto seria melhor propor a mudança do subtítulo para «A vigilância da saúde oral»". -----

-- O Senhor Biencard Cruz mencionou: "queria lembrar algumas situações que decorreram desde a última Assembleia Municipal: uma, sobre a qual não posso deixar de expressar a satisfação, é a conclusão de parte das obras da A8, uma obra governamental que beneficia Mafra e todos os seus munícipes; outra relaciona-se com assaltos, nomeadamente a um banco e mesmo a uma Junta de Freguesia, potenciados pela situação de crise; em terceiro lugar, quero prestar homenagem ao último habitante do Palácio Nacional de Mafra, Gil Ferreira Mangens, recentemente falecido; em quarto lugar, não posso deixar de salientar a oportunidade do projecto de candidatura da Ericeira a Reserva Mundial de Surf, um processo muito importante para o turismo do Concelho e para o colocar no mapa do turismo mundial de surf; finalmente, quero sublinhar o programa "Rota da Biodiversidade", promovido pela Tapada Nacional de Mafra, diversificando a oferta de produtos turísticos". -----

-- O Senhor Renato Santos destacou "a presença de jovens na Assembleia. É representativa do interesse da juventude. Cada vez temos mais jovens

politicamente activos no Concelho. Eu quero colocar a seguinte questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: preocupa-me, e aos restantes líderes das juventudes partidárias do Concelho, que rumo é que toma a política de juventude neste Concelho?". -----

-- O Senhor José Eduardo Silva questionou "o Senhor Presidente da Câmara se obteve mais alguma informação relativa à futura construção da nova Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos da Ericeira, uma vez que na última Assembleia informou que não iria ser construída tão brevemente. Caso seja essa a informação, está prevista a reparação ou manutenção da escola antiga, bem como do pavilhão desportivo, pois o seu estado de conservação é já bastante debilitado, inclusive, já chovendo no seu interior?" -----

-- O Senhor António Branco referiu: "quero reforçar o pedido de esclarecimento que foi apresentado pelo líder da bancada do CDS, relativamente ao aumento na factura da água. Relembro que, no momento da negociação da concessão com a Veolia, foram estabilizadas, por um conjunto de anos, as taxas a pagar. De facto, fico preocupado quando vejo essa informação, a não ser que haja um elemento anormal, pois nada justifica aumentos dessa ordem. Sobre a proposta apresentada pelo BE, eu gostaria de ter mais informação, pois não podemos taxar indiscriminadamente. Gostaria de saber as regras, embora à partida seja preferível taxar quem pode, do que quem não pode". -----

-- O Senhor Aníbal Ferra respondeu que "se pensarmos que os bancos, os que têm as caixas multibanco com atendimento na via pública, não gastam energia, não pagam renda por aquele espaço, então aquilo não é uma taxa; aquilo é uma obrigação, de quem tanto lucra, pagando ao Município onde está instalado. Posso adiantar que esta prática já está em funcionamento no Entroncamento, Miranda do Corvo, Rio Maior e Vouzela. Portanto, já não somos pioneiros e Mafra gosta de ser pioneiro em muita coisa. Será muito mais plausível taxar os bancos do que taxar os municípios com mais dezassete por cento do que já pagamos em água mais cara deste país". -----

-- O Senhor Júlio Lopes referiu: "a razão que me traz aqui hoje não era para falar dela, pois poderiam considerar um oportunismo de uma situação menos boa que aconteceu na Ericeira no fim-de-semana passado. Mas, há muito que estou a pensar nela, até porque já fiz parte da direcção dos bombeiros. Eu vinha aqui pedir à Câmara que fizesse o favor de saber quem é que tem a obrigação de manter as bocas-de-incêndio funcionais. Eu tenho uma boca-de-incêndio na loja, há cerca de um ano e meio, e no dia em que for precisa, não vai funcionar. Penso que devia ser uma obrigação dos Bombeiros, se assim não é, pedia à Protecção Civil que solicitasse aos Comandantes dos Bombeiros para ter a prática de identificação e manutenção das bocas-de-incêndio". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões formuladas, tendo este dito: "a manutenção das bocas-de-incêndio é da Veolia - competência que foi transferida no âmbito do contrato de concessão -, da Protecção Civil e dos Bombeiros, nomeadamente fazendo a verificação da conformidade dos caudais disponíveis e da localização face ao crescimento populacional e à habitabilidade das zonas. Algumas delas são muito antigas e irão ser substituídas. Este é um assunto ao qual estamos sempre atentos. Quanto à Capela de Santo António, desconhecia que foi retirado o coro, mas vou averiguar. Relativamente às antigas Escolas Básicas do 1.º Ciclo, ainda não foi desenvolvido um projecto global de reabilitação, com a indicação de uma utilização criteriosa e cuidada. Nalguns casos, como a Enxara do Bispo, a escola foi permutada com o terreno onde foi construído o novo complexo educativo. Em Mafra, por exemplo, o terreno foi vendido para valorização. Noutros casos, estes não têm valor patrimonial, pelo que está a ser avaliada uma solução. Pretendo preservar, no entanto, dois ou três espaços no Concelho para memória, equipando-os dignamente com os materiais escolares de antigamente e transformando-os em museus vivos, numa transição para o presente. Mas, na maioria dos casos, estes estão já ao serviço das comunidades. Aliás, lendo as actas

da Câmara, verifica-se que foram estabelecidos protocolos com bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, paróquias, associações de caçadores, escuteiros e até com as Juntas de Freguesia para desenvolvimento do programa "Novas Oportunidades". Este património está a ser utilizado dessa forma e estes protocolos têm sido feitos ressaltando o interesse futuro da Câmara, revertendo o espaço quando for necessário. Não é aliciante vender este património e, por outro lado, são instalações que têm ainda relevância. No que diz respeito ao programa de saúde oral, este é gratuito, resultando de um protocolo estabelecido com uma clínica dentária, sediada na Malveira, que se desloca aos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1.º Ciclo, com a devida autorização dos pais, para realizar diagnósticos e acções de sensibilização. Ensina-mos os alunos e os pais. Tem sido um sucesso, pois alerta para a importância da saúde oral. Em relação à proposta de taxa-ção das máquinas de multibanco, particularmente não concordo, até porque não tem expressão. Receio que isso se venha a reflectir sobre os utilizadores, ao invés dos bancos, até podendo criar uma reacção negativa que pode passar pela retirada das caixas. Por outro lado, a maior parte dos bancos já tem essas caixas no seu interior e até nas próprias Juntas de Freguesia, sendo uma forma de prestar um serviço aos cidadãos, facilitando levantamentos de dinheiro e pagamentos. Julgo que esse benefício é por demais evidente, mas obviamente que analisaremos com o devido cuidado a recomendação que saia desta digníssima Assembleia. Quanto ao Centro de Dia de Alcainça, verificou-se que não houve localmente capacidade de concretizar o projecto. A Câmara cumpriu um compromisso assumido na sequência da instalação do biodigestor na Abrunheira. Tenho-me preocupado sobejamente com este projecto, até alertando a antiga direcção para a necessidade de fazer um levantamento exaustivo do conjunto de pessoas que necessitariam deste serviço. Devo dizer que estabeleci um entendimento com o Posto de Assistência Social da Malveira, dado que localmente estava em causa o estabelecimento de novos acordos com a Segurança Social. Este Posto de Assistência tem instalações muito debilitadas, pelo que a sua sede poderia ser no Centro de Dia de São Miguel de Alcainça, onde também têm utentes. Julgo que este processo está em fase de concretização. Em resumo, a proposta é que o Posto de Assistência Social da Malveira fique lá sediado, com autorização da Segurança Social, ampliando a sua rede e beneficiando rapidamente de novas instalações, sendo que a Alcainça e os seus residentes beneficiarão deste serviço. Quanto aos aumentos na factura da água, eu aconselhava a leitura do contrato de concessão estabelecido com a Veolia. A actualização do preço da água é feita em função de uma fórmula, na qual é tido em consideração um conjunto de vectores, desde logo o preço da água, o preço da energia, o Índice de Preços do Consumidor, o custo dos materiais de construção dos equipamentos, entre outros. Basta que um daqueles vectores se altere para que haja aumento do preço da água, que não está apenas dependente do custo da água à EPAL. Há uma série de custos associados, perfeitamente definidos e ponderados. O aumento da água para este ano é de três e meio por cento e não dezassete. Mas, há outros serviços que são cobrados na factura da água, aproveitando este veículo de cobrança, desde logo a tarifa de resíduos sólidos urbanos (que teve um aumento que traduz o custo real do serviço, onde se incluem os custos de transporte e tratamento) e a tarifa de saneamento. Quando realizámos a extensão do contrato de concessão com a Veolia, estabelecemos que, até ao final de dois mil e doze, haveria um investimento de dez milhões de euros, investimento esse que seria amortizado através desta tarifa, de uma forma progressiva. No entanto, é preciso ressaltar que estes pressupostos têm vários índices de aplicabilidade, por escalões. Finalmente, quanto à Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos da Ericeira, tive reuniões com a Senhora Ministra da Educação e com o Senhor Secretário de Estado e estou a envidar esforços no sentido de assegurar o reforço da verba que estava atribuída inicialmente no protocolo estabelecido, que era de cinco milhões, cento e cinquenta mil euros, dos quais um milhão e quinhentos mil euros eram para os arranjos exteriores da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos de Mafra e o remanescente para a escola da Ericeira. Fiz saber

qual o investimento já feito pela Câmara, referente à aquisição de terrenos, na ordem de um milhão e meio de euros. Fiz sentir a necessidade do reforço da verba porque o projecto da Ericeira, só ele, custa cerca de cinco milhões de euros. Já temos o projecto e o caderno de encargos para lançar o concurso. Como sabem, não há muita disponibilidade de ordem financeira, pelo que é difícil estabelecer um *timing*. Só posso garantir que não desisto deste projecto. A não acontecer a obra nos próximos seis meses, até Junho, complica-se seriamente a manutenção do actual edifício, logo, ou se faz uma escola nova, ou então temos de encarar a hipótese de reconstrução e reabilitação daquele espaço. Os custos inerentes a uma transformação são onerosos e não há garantias de continuidade do edifício no tempo, para além de meia dúzia de anos. Ainda no âmbito da educação, estamos a ponderar a construção de uma escola na zona da Malveira, com as valências de segundo e terceiros ciclos e ensino secundário. É uma necessidade que o próprio Ministério da Educação vai ter dentro de pouco tempo no Concelho de Mafra, na medida em que, com a obrigatoriedade de escolaridade até ao décimo segundo ano, a Escola Secundária José Saramago não vai dar satisfação a todas as necessidades. A escola da Malveira também era uma que estava na minha preocupação, pois é irrecuperável o espaço. Por isso, estamos a analisar esta situação com a Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo para o desenvolvimento do projecto. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo BE, sobre a taxação das máquinas de ATM, tendo esta sido rejeitada por maioria, com os votos contra do PSD e do CDS, as abstenções do PS e os votos a favor do BE e da CDU. Apresentou declaração de voto o Senhor Alves Pardal: "Votamos contra esta proposta de recomendação do BE fundamentalmente por duas razões: primeira, esta proposta carece de maior tempo para se avaliar as consequências e pensarmos se tem ou não razão de ser; segunda, relaciona-se com a intervenção apresentada pelo Senhor Presidente da Edilidade Camarária, em que, normalmente e devido à realidade económica, estas taxas acabam sempre por ser repercutidas no consumidor e, por conseguinte, é um risco estar a criar uma nova taxa". -----

-- Não havendo mais inscrições, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto, denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo este afirmado nada ter a acrescentar face à informação prestada por escrito. -----

-- O Senhor António Branco referiu: "li com atenção uma referência a uma unidade de cuidados continuados na área da saúde e fiquei com alguma expectativa em perceber do que se trata. Admito que seja um projecto que a Câmara esteja a preparar para algum efeito, mas solicito informação adicional porque é uma área importante para o Concelho, onde há alguma insuficiência destas unidades de apoio às estruturas hospitalares". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata de "um pedido da Santa Casa da Misericórdia de Mafra para recuperação do lar, no espaço do antigo asilo, porque o projecto de construção de um novo equipamento no denominado terreno das oliveiras não obteve financiamento". -----

-- Prosseguiu-se com o segundo ponto denominado "**Parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira do Município, reportado a trinta de Junho de dois mil e dez**". -----

-- Interveio o Senhor José João Costa, que passou a ler o documento que se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO QUATRO". -----

-- O Senhor António Branco mencionou que "este parecer utiliza como base a informação a trinta de Junho de dois mil e dez. De facto, o relatório foi apresentado ao Executivo em Setembro e, portanto, admito que na última Assembleia Municipal não tenha vindo a tempo de fazermos a leitura. Nesta altura, temos a noção de alguns aspectos da situação financeira do Município que são claros, a nível da

demonstração dos resultados, proveitos operacionais, entre outros. Cruzei esta informação com aquela reportada pelo Município a quinze de Dezembro que, no essencial, confirma alguns elementos, quer nos aspectos menos negativos, quer nos aspectos negativos, quanto ao grau de execução orçamental. As receitas correntes, que a meados do ano tinham um nível de execução de quarenta e nove por cento, vão situar-se, pelo menos, a noventa e três por cento, o que significa que, a este nível, as coisas correram bem em termos de execução orçamental. Pelo contrário, as receitas de capital situam-se, a quinze de Dezembro, a vinte e três por cento e eram já, em meados do ano, dezasseis por cento. Portanto, neste plano, muitos dos aspectos previstos em termos de receitas não foram alcançados – os dez milhões da venda dos terrenos do Parque de Campismo e do Parque e Oficinas e outros investimentos acabaram por não ser realizados e, de facto, chegassem ao final do ano com uma realização deste montante, o que é preocupante porque as despesas correntes são fixas e assim previmos, no final do ano, uma execução orçamental difícil. Concluindo, estes documentos devem chegar atempadamente à Assembleia Municipal para podermos fazer as leituras e contribuir para a discussão, propondo soluções”.

-- O Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que “o documento chegou à Assembleia Municipal no dia onze de Outubro. Portanto, não poderia ter vindo à última sessão, em Setembro. Devo também reconhecer que é difícil que o Revisor Oficial de Contas consiga fazer novo relatório de todo ano para a Assembleia de Abril”.

-- Interveio o Senhor Biencard Cruz, referindo: “relativamente ao parecer do Fiscal Único, foi aqui abordado o ponto sobre o património da Câmara que estava potencialmente à venda. Porém, estou em crer que o contexto actual não será o mais favorável para o vender. Não sei qual será a estratégia da Câmara, mas é um património relevante e deve ser feito o melhor negócio possível com ele. Sobre este relatório, direi duas notas: uma, relativamente ao endividamento municipal, que me dá um garante de que continuamos a cumprir os limites do endividamento líquido; duas, relativamente ao princípio do equilíbrio orçamental – mesmo com uma situação extremamente adversa, consegue-se manter este princípio”.

-- A Assembleia Municipal de Mafra tomou conhecimento do “Parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira do Município, reportado a trinta de Junho de dois mil e dez”.

-- Iniciou-se o terceiro ponto intitulado **“Tomada de posição sobre o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas número quatro de dois mil e dez – Segunda Secção”**.

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que “a Comissão de Regimento preparou um documento que é a posição da Assembleia Municipal e depois cada uma das bancadas intervirá, dando uma nota sobre o tema”. Passou a ler o mencionado documento, que se anexa a esta acta com a designação de “ANEXO CINCO”.

-- O Senhor José João Costa leu uma declaração de voto dos eleitos da CDU, que também se anexa com a designação de “ANEXO SEIS”.

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que “sobre este tema, o BE já tinha feito os seus reparos na última Assembleia. Mesmo assim, não vamos perder a oportunidade de esclarecer a Câmara do porquê do nosso sentido de voto. O BE reconhece as medidas tomadas pelo Executivo Municipal para responder às questões levantadas por este Tribunal e recomenda à Câmara que adopte medidas que promovam a transparência das contas desta Câmara. As irregularidades destacadas nas conclusões deste relatório são muito preocupantes e não abonam em favor dos eleitos que as aprovam, confirmando que a Câmara de Mafra gere a coisa pública de forma pouco transparente. É bom que faça a detecção das irregularidades, ou seja, que o Município tome as medidas para corrigir as más práticas. No entanto, esta correcção de trajectória não iliba da responsabilidade quem tomou as decisões. Estamos de acordo com as medidas recomendadas à Câmara no âmbito desta deliberação. Todos os passos que visem favorecer a transparência dentro da

Autarquia têm o nosso apoio. Por essa razão, o BE votará favoravelmente todas as recomendações sugeridas a este Município." -----

-- O Senhor António Branco apresentou a tomada de posição que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO SETE". -----

-- Interveio o Senhor Biencard Cruz, dizendo: "relativamente a esta questão, estamos extremamente gratos que, no quadro democrático, cada órgão e cada instituição exerçam a sua função. E a função do Tribunal de Contas é extremamente importante na fiscalização das contas públicas. Para mim, como membro desta Assembleia Municipal, esta actividade é um garante. Eu penso que, por vezes, a Oposição tenta fazer disto um «fait-divers» político com estes reparos, que são extremamente sérios. É preciso ver que a complexidade legal no exercício de funções de uma Câmara Municipal é muito elevada. Neste relatório, é muito levantada a questão da auto-estrada e da Mafratlântico. É evidente que o processo causou mau estar a um Governo PSD, como causa mau estar a um qualquer Governo Central, como o PS. Foi a primeira Autarquia que teve a ousadia de o fazer. Claro que o projecto foi baseado em pareceres legais dos melhores escritórios de advogados do país. Nenhum destes advogados foi responsabilizado, nem sequer os serviços da Câmara. É sempre quem está «à cabeça», o Executivo. Não estou a querer desculpar, mas sei que, por vezes, o Tribunal de Contas não permite o contraditório das pessoas. Eu gostei de ler partes do contraditório relativamente a este relatório, mas noto que, depois de outras auditorias, como a da Inspeção-Geral de Finanças, há incongruências. Concluindo, em primeiro lugar, acho que, mais do que uma questão política, é uma questão do exercício da democracia de um órgão extremamente respeitável. Em segundo lugar, a Assembleia Municipal tem competências de fiscalização, mas não tem os meios do Tribunal de Contas para o fazer. É bom que estes documentos, tal como o Parecer do Fiscal Único, venham criar uma mais-valia para o trabalho que fazemos no acompanhamento ao Executivo. Portanto, o grupo parlamentar do PSD considera encerrada esta questão". -----

--- O Senhor Daniel Marchante, em resposta ao Senhor Biencard Cruz, referiu: "aqui não se trata de um «fait-divers». É evidente que, para a propaganda oficial do regime deste Município, é duro ouvir as verdades, é duro ouvir que o Tribunal de Contas aplicou sanções. Mas, o que é importante é a tentativa de que não fosse conhecido da população aquilo que está no relatório do Tribunal de Contas. O assunto é desagradável, mas não é nenhum «fait-divers». São coisas sérias, são situações que degeneraram em sanções aplicadas, portanto é porque alguma coisa se fez mal. Aceitamos como bom que o Município se tenha comprometido em corrigir as situações. Achamos que isso é positivo. No entanto, o mal foi feito, os erros foram praticados e isso tem de ser registado. Porque senão, passamos uma esponja sobre o assunto e nada fica gravado para memória futura. E é bom que isso seja dito". -----

-- Procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, relativamente ao Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas número quatro de dois mil e dez – Segunda Secção, e na sequência da sua reunião realizada em trinta de Abril de dois mil e dez, bem como das informações enviadas pela Câmara Municipal de Mafra ao Tribunal de Contas de que foi dado conhecimento a todos os Grupos Municipais, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD, cinco do PS, dois da CDU, um do BE e dois do CDS/PP) e quatro votos contra do PS, nos termos constantes no ANEXO CINCO. -----

-- Deu-se sequência ao quarto ponto denominado "**Alteração do artigo quarto dos Estatutos da Pavimaфра – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA**". -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo este mencionado: "eu pedia ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar sobre este ponto, não sem antes, se me é permitido, com o devido respeito por esta Assembleia, fazer uma correcção das muitas que teria de fazer em relação àquilo que foi dito. O Senhor António Branco fez uma afirmação que é incorrecta. Já em tempo esclareci que quando a Câmara decidiu, e a

Assembleia aceitou, a proposta de construção de uma via municipal principal com características de auto-estrada estava perfeitamente e legalmente sustentada em pareceres jurídicos do gabinete do Professor Sérvulo Correia. Estes pareceres afirmavam que a Câmara tinha competência não para construir uma auto-estrada, mas uma via municipal principal, não cobrando portagens, mas sim taxas municipais de atravessamento. O que, na altura, o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas perguntou à Provedoria Geral da República foi se a Câmara poderia construir uma auto-estrada. Ora, a Câmara nunca quis construir uma auto-estrada, portanto a pergunta foi mal feita. Inclusivamente, a Câmara até já sabia a resposta a esta questão: não pode". -----

-- Retomando a apresentação do ponto em questão, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, afirmou: "pretende-se introduzir uma alínea nos estatutos da empresa Pavimafra, pelas razões que são expressas na proposta apresentada. Como sabem, a Pavimafra tem exclusivamente capital público. De acordo com a nova legislação, é permitido a este tipo de empresas fazer gestão de concessões. A Câmara tem uma concessão com a EDP e entende-se que, atribuindo a gestão da concessão à Pavimafra, poderemos obter melhores resultados em termos de fiscalização, acompanhamento e, inclusivamente, de criação de valor: racionalizar os custos de energia, através de meios mais eficazes; promover uma contenção do número de luminárias existentes; recorrer a novas tecnologias que podem ser mais eficazes; potenciar uma dinâmica de utilização de energias renováveis associada à gestão da rede em baixa. Por todas estas razões, e propondo esta solução, verifica-se que o objecto social da Pavimafra não contempla a gestão de concessões, pelo que se propõe o aditamento de uma alínea". -----

--- O Senhor Alves Pardal mencionou: "ao ler a proposta, verifiquei que citam o artigo vinte e quatro da Lei número cinquenta e dois F de dois mil e seis, que prevê essa figura. Porém, suscita-nos uma questão: nessa mesma Lei sobre o sector empresarial local, o artigo vinte e cinco diz que «as empresas encarregadas da gestão de concessões devem celebrar contratos com as entidades públicas concedentes e com as concessionárias, nos quais se identificam os direitos e obrigações do concedente». Ou seja, o que estamos a votar é algo que é instrumental, estamos a votar formalmente a alteração do objecto social da Pavimafra, mas com a finalidade desta assegurar, efectivamente, a gestão da concessão. Ora, a Lei diz que deve haver um contrato que envolve o Município e, eventualmente, a Pavimafra e a EDP. Por conseguinte, o CDS não vê que estejam criadas as condições para votar favoravelmente a proposta, porque, no mínimo, esta deveria ser acompanhada de uma minuta de contrato no qual se identificassem os direitos e os deveres das partes intervenientes nesta operação. Portanto, perante esta ausência de minuta, julgamos que estaríamos a «passar um cheque em branco»". -----

-- O Senhor Aníbal Ferra interveio, dizendo que "o BE está bastante distante do CDS em variadíssimas coisas, mas neste ponto está totalmente de acordo: esta Assembleia não deve «passar cheques em branco» a ninguém. Até porque já tivemos a consciência de constatar a realidade do que são as empresas municipais e aquilo que fizeram na construção da A21. O BE considera que as empresas municipais não servem os interesses das populações, pois retiram à Assembleia Municipal o controlo democrático de bens e acções do Município e abrem espaço a ilegalidades e gestão danosa da coisa pública. O relatório do Tribunal de Contas é nisso claro em relação à Pavimafra. Ao entregar a gestão da rede municipal de baixa tensão à Pavimafra, a Câmara está a abdicar, em favor desta empresa, de receitas provenientes do contrato de utilização de infra-estruturas pela EDP. Se neste momento os contratos não são muito rentáveis, a sua renegociação futura poderá inverter a situação. Ao propor a gestão de património desta natureza sob a alçada de uma empresa municipal, a Câmara de Mafra está a abrir portas a uma privatização do mesmo. Não sabemos se é este o plano da Câmara, mas pensamos que é melhor prevenir do que remediar".-----

-- O Senhor António Branco mencionou que "no documento de justificação entregue à Assembleia, é claro que há uma concessão que a Câmara tem com a EDP e que lhe permite receber uma renda que, no ano passado, teve um valor de trezentos e sessenta mil euros e que poderá chegar aos quatrocentos mil euros. Portanto, eu gostaria de ser melhor esclarecido desta opção do Executivo em abdicar de receber este montante e, sobretudo, daqueles aspectos referentes às inovações tecnológicas. Não conhecendo a Pavimafra, não sei se há alguma vantagem da transferência desta função que cabia ao Município. Estou na disposição de votar favoravelmente, mas tenho de ser esclarecido das razões da adopção desta solução".-----

-- O Senhor Biencard Cruz disse: "estamos convencidos da eficácia deste projecto, parece-nos que será mais eficaz a sua contratação através da Pavimafra. Por isso, a bancada do PSD vai votar favoravelmente".-----

-- Em resposta, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "a Pavimafra é exclusivamente pública e, por esse facto, tem os mesmos direitos e obrigações que tem a Câmara, salvo nos aspectos em que pode agilizar procedimentos tendo em conta a sua característica empresarial. Isto aplica-se, nomeadamente, às soluções de utilização de energias renováveis, numa óptica de eficácia e de eficiência. A atribuição desta gestão desta Pavimafra implica, naturalmente, a celebração de um contrato nos termos em que for entendido pela Câmara e também pela EDP. Mas, é preciso perceber o contexto em que isto é negociado e o principal termo em que isto vai ter consequências é na indução de mais-valias, ou seja, possibilitar que a Câmara acrescente valor ao seu património. Portanto, vai haver uma retribuição da Pavimafra por receber a gestão desta concessão, o que se reflecte positivamente no orçamento municipal. Em conclusão, temos uma concessão com a EDP e queremos valorizá-la para o Concelho, através da optimização empresarial e da criação de sinergias".-----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor (vinte e oito do PPD/ PSD e nove do PS), três votos contra (dois do CDS e um do BE) e duas abstenções da CDU, nos termos conjugados do disposto na alínea l) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove e noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, e dos artigos oitavo e quadragésimo quarto da Lei n.º cinquenta e três F de dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, aprovar a alteração do artigo quarto dos Estatutos da empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA, em conformidade com a documentação apresentada.-----

-- Prosseguiu-se com o quinto ponto denominado **"Adesão do Município de Mafra como membro fundador da Fundação ESHTe I&D"**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que solicitou a intervenção do Senhor Vereador Hélder António Guerra de Sousa Silva, tendo este dito: "a Câmara foi convidada pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para avaliar do interesse em participar, como sócia fundadora, de uma nova entidade a criar com vocação para a investigação e desenvolvimento na área do turismo. Esta entidade, com estatuto de fundação, terá sede nesta Escola e potenciais pólos nos Concelhos aderentes, a saber: Sintra, Cascais, Almada e Mafra. Serão estes os Municípios fundadores, a par de entidades de direito privado. Para o Concelho de Mafra, é preconizado o desenvolvimento de um pólo de turismo de natureza e surf, ligado ao interior do Concelho com a Tapada e também à orla costeira. Os custos em questão estão patentes na proposta apresentada à Câmara, nomeadamente mil euros de jóia e uma quota anual de mil euros. Face ao exposto, e porque importa estar em rede no que ao turismo diz respeito, propôs-se a adesão a esta Fundação".-----

-- O Senhor Daniel Marchante passou a ler o documento que se anexa a esta acta com a denominação de "ANEXO OITO".-----

-- Interveio a Senhora Dona Daniela Costa, dizendo: "achamos que só temos a ganhar em aceitar este convite, pois esta Escola é reconhecida pela Organização Mundial do Turismo e pode levar o nosso Concelho a todo o Mundo e promover a

riqueza do nosso Concelho, nomeadamente os seus locais de culto, como é o Palácio Nacional de Mafra, as nossas magníficas praias e a gastronomia. Esta Fundação tem por objecto a promoção e o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, económico e turístico do país, através de várias acções. Propõe contribuir nas áreas específicas das autarquias fundadoras para a operacionalização do conceito *tourism learning area*. Os munícipes só têm a ganhar com este convite e dou as felicitações ao Executivo da Câmara".-----

-- O Senhor Miguel Ângelo Correia referiu que "não podia deixar de intervir para fazer um reparo à forma como foi exposta a votação do PS: responsável, muito séria, mas um pouco desatenta. E passo a explicar: por exemplo, quando refere que, no âmbito da assessoria, finalmente poderemos tirar mais-valias para que seja feita uma divulgação acertada do Município, esquece-se que acertada tem sido – temos uma candidatura mundial a decorrer na área da cultura e outra, pioneira a nível europeu, no âmbito dos desportos de onda, reconhecida inclusivamente pelo Ministério do Ordenamento do Território e pela Secretaria de Estado do Turismo. O próprio Governo achou que era uma candidatura não só importante para o Concelho de Mafra, mas também para o país. Portanto, as políticas de turismo da Câmara de Mafra têm sido acertadas e não será certamente por uma assessoria que, embora seja útil, venhamos a acertar. Podem ser melhoradas, mas acertadas têm sido. Relativamente à questão do apoio aos empresários, verifica-se mais um lapso, porque existe um gabinete de apoio ao investidor no Concelho, resultado de um protocolo com a AHRESP. Muitos cursos de formação estão a decorrer e os profissionais do sector estão a obter qualificações. Portanto, não é agora, fruto desta adesão, que estas iniciativas vão iniciar-se; já existem e são resultado de uma política sustentada da Câmara na área do turismo, há alguns anos".-----

-- O Senhor Aníbal Ferra mencionou: "sobre esta adesão, o BE não a vê com grande ou nenhuma receptividade porque é a favor do ensino gratuito e igual para toda a gente. A Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril é reconhecida, mas não é uma escola aberta a toda a comunidade. Portugal, desde o início da década de oitenta, tem um histórico muito pouco recomendável a nível de educação. Vemos o que se passa já hoje a nível da advocacia e em outras áreas, em que temos advogados que mal sabem escrever um texto, que estão no desemprego ou trabalham nas caixas do supermercado. Tudo isto por uma razão simples: a sua má formação nas Universidades criadas à pressa, como aquela onde se formou o Senhor Primeiro-Ministro. Por essa razão, o BE vota contra esta adesão".-----

-- No uso do direito de resposta, o Senhor Daniel Marchante acrescentou: "aquilo que foi dito pelo Senhor Miguel Ângelo é contraditório com o que diz a sua colega de bancada. A levar em conta o que o Senhor Miguel Ângelo sustenta, então não é necessário aderir a esta Fundação porque já temos tudo feito. Não sou eu que estou distraído, pois, se ler o preâmbulo da proposta de adesão, tudo o que disse está lá escrito. Apenas refiro que as acções podem ser feitas com maior rigor e acerto em função de ter, como base, um parecer científico dado pela Escola, que é diferente de ter um parecer dado por alguém que, com muito boa vontade, pode ter grandes iniciativas, mas pode não ter esse conhecimento. Não se trata só das questões do surf e da natureza, pois não podemos esquecer que temos um grande *ex-libris* no Concelho que é o Palácio Nacional de Mafra, uma marca do produto «Mafra». Venho então dizer que apoio inteiramente e fico na expectativa porque se pode tirar muito e bom partido desta adesão. Apenas fico preocupado quando afirma que não é necessária assessoria especializada porque já temos, ou apoio aos empresários porque já temos".-----

-- O Senhor Renato Santos, dirigindo-se ao Senhor Aníbal Ferra, disse: "a Escola do Estoril é pública, para a qual qualquer aluno se candidata e, se tiver notas, entra. Em relação à licenciatura do Primeiro-Ministro, até se provar alguma coisa, lamento".-----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta e um votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD, nove do PS,

dois da CDU e dois do CDS/PP) e um voto contra (BE), autorizar a adesão do Município de Mafra à Fundação ESHTe I&D, como membro do Conselho de Fundadores, a constituir pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe), nos termos do disposto na alínea l) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, conforme a documentação apresentada".-----

-- Deu-se início ao sexto ponto sobre a **"Reestruturação dos Serviços Municipais"**.-----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu: "esta alteração resulta de um imperativo legal, que é a supressão dos gabinetes directamente dependentes do Presidente. Aproveitei esta oportunidade para fazer algumas alterações importantes, em função das necessidades e das novas competências. Assim, com esta proposta, não aumentei o número de departamentos, mas suprimi dois e criei dois novos: o Departamento Jurídico e o Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro. Tentamos criar mais interoperabilidade entre serviços, promovendo uma visão única, de forma a evitar situações como algumas que foram apontadas, por exemplo, pelo Tribunal de Contas. Como nota, posso contar que, no caso concreto da construção de um reservatório, foi produzido trabalho a mais e trabalho a menos. Acontece que os serviços municipais não enviaram o contrato adicional para o Tribunal de Contas no prazo definido, mas é o Presidente da Câmara que vai ser multado, sem ter culpa própria. Portanto, com esta alteração, queremos promover uma cada vez maior articulação entre os serviços e, nomeadamente, garantir que as decisões da Câmara são consequentes. No que diz respeito ao Departamento de Recursos Humanos e Segurança, em termos de funções fica também com a competência da Protecção Civil e da Polícia Municipal. As áreas das Obras e do Urbanismo passam a estar congregadas num só Departamento, enquanto que o Departamento Sociocultural se mantém. Portanto, é esta a proposta que a Câmara apresenta. Basicamente, a Lei obriga a que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre esta macroestrutura, depois a Câmara aprovará a proposta de distribuição das Divisões, que já está contida no Mapa de Pessoal".-----

-- O Senhor Tiago Nunes mencionou que "neste ponto, e em virtude do novo regime jurídico de organização dos serviços municipais, torna-se necessário reestruturar os serviços camarários de Mafra. Esta proposta do Executivo procura, no essencial, adequar a estrutura já existente à nova legislação. Parece-nos uma proposta razoável. Não podemos, no entanto, deixar de lembrar que a actual organização de serviços é recente, foi regulamentada apenas em dois mil e nove pelo ROSMEC. Nós vamos agora, ainda em dois mil e dez, revogar essa regulamentação recente e reestruturar todos os serviços camarários. Por isso mesmo, o grupo municipal do CDS gostaria de colocar duas primeiras questões: primeira, quanto vai custar ao Município de Mafra esta reestruturação; segunda, esta nova forma de organização, imposta por Lei, vai significar ou não uma redução da despesa de funcionamento da Câmara Municipal? Queremos ainda chamar a atenção para dois serviços que, no nosso entendimento, se revestem de particular importância e sensibilidade: o Serviço de Protecção Civil e o Serviço de Polícia Municipal. Na actual organização da estrutura camarária, prevista no ROSMEC, estes dois serviços dependem directamente da Presidência da Câmara. Na nova forma de organização, passam a estar dependentes de um Departamento. Aceitando a sugestão do Executivo, não podemos deixar de perguntar quais serão as consequências desta reestruturação para a gestão e eficiência destes dois serviços. Por fim, gostaria de colocar ainda uma questão sobre o Mapa de Pessoal que vem anexo a estes documentos. Neste Mapa, não aparecem os funcionários do Departamento de Águas e gostaríamos de saber porquê."-----

-- Interveio o Senhor Filipe Infante, dizendo: "em nome do grupo parlamentar do PSD, gostaria de reforçar que se trata tão simplesmente de cumprir uma obrigação

legal. Operacionalmente, acabaram-se com alguns gabinetes e procedeu-se a uma reestruturação que resultou na existência de seis Departamentos e uma Divisão. Trata-se de uma adaptação dos serviços ao cumprimento do que entende ser melhor para as nossas necessidades enquanto municípios. Relativamente às mudanças, temos de estar conscientes e temos de nos habituar à mudança. Quem está habituado a lidar com questões desta natureza, sabe que este é um procedimento relativamente normal. Existem directrizes superiores que indicam a implementação de um determinado modelo organizacional, modelo este que depois tem obviamente de ser adaptado à realidade local e por quem conhece a realidade local. Neste sentido, gostaria apenas de vos transmitir que estamos de acordo com a proposta apresentada e, desta forma, votaremos favoravelmente. Para terminar, direi também que votaremos favoravelmente o ponto seguinte da ordem de trabalhos, porque vem na mesma sequência".-----

-- O Senhor António Branco mencionou "que a proposta pretende enquadrar a estrutura na nova legislação. Julgo que a Câmara deve ter total capacidade para escolher a melhor forma de organização para responder aos municípios. Portanto, entendo que esta legitimidade é da Câmara, porque conhece os serviços e as suas capacidades, quais são as formas de organização que transitoriamente introduzem menos dificuldades na gestão corrente. Como membros da Assembleia, pouco temos a dizer sobre esta matéria".-----

-- No uso da palavra, conferida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "o que era verdade em dois mil e nove, quando foi aprovado o anterior ROSMEC, não o é agora, em termos de competências e funcionários. Portanto, o quadro deve ser mutável, dado que vai haver uma reformulação da estrutura de competências. Como tal, um quadro estático não pode responder cabalmente àquilo que são as necessidades actuais. É por isso que se justifica uma reestruturação mais ampla do que a Lei determina. Quanto aos Serviços de Polícia Municipal e Protecção Civil, ao ler a nova proposta, verifica-se que todos os Departamentos dependem do Presidente da Câmara. Quanto à despesa, mantém-se inalterada, aliás uma das premissas era que não houvesse acréscimo de despesa. Em relação ao custo deste processo, e se leram atentamente o último ponto da ordem de trabalhos, o projecto de plano para dois mil e onze, estão reflectidas as despesas de pessoal. Relativamente ao Departamento da Águas, há um compromisso de que, enquanto se mantiver na Compagnie Generale des Eaux os funcionários municipais transferidos, terei de manter os lugares vagos no Mapa de Pessoal, caso queiram regressar por alguma razão".-----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD e dois do CDS/PP) e doze abstenções (dois da CDU, um do BE e nove do PS), nos termos das disposições conjugadas do artigo duzentos e quarenta e um da Constituição da República Portuguesa, da alínea n) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, e das alíneas a) a d) do artigo sexto do Decreto-Lei número trezentos e cinco de dois mil e nove, de vinte e três de Outubro, aprovar a reestruturação dos Serviços Municipais, o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra (Estrutura Nuclear), o Modelo de Estrutura Orgânica, a Estrutura Nuclear, definindo as correspondentes Unidades Orgânicas Nucleares (seis Departamentos e uma Divisão), o número máximo de Unidades Flexíveis (dez Divisões) e o número máximo de Subunidades Orgânicas (dezassete), conforme documentação apresentada. -----

-- De seguida, foi introduzido o ponto número sete, denominado "**Mapa de Pessoal**". -----

-- Não havendo intervenções, o mesmo foi submetido à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD e dois do CDS/PP) e doze abstenções (dois da CDU, um do BE e nove do PS), aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de dois

mil e onze, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, do artigo quinto da Lei número doze-A de dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, e da alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove de dois mil e nove, de três de Setembro, em conformidade com a documentação apresentada.

-- Nos termos do Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos membros a possibilidade de prolongamento da sessão para depois das vinte e quatro horas. Não havendo objecções, foi dada continuidade à sessão. -

-- Seguidamente, prosseguiu-se com o ponto número oito, intitulado **"Participação Variável no IRS – Rendimentos de dois mil e onze"**. -----

-- Referindo-se a este ponto da ordem do dia e ao seguinte, o Senhor Alves Pardal afirmou: "numa iniciativa que eu considero louvável, o jornal «O Ericeira» entrevistou representantes de todos os Grupos Municipais. Numa dessas entrevistas, fui o entrevistado. Saiu publicada a dez de Dezembro. Aí transmiti a posição do CDS-PP, que julgo que é do conhecimento de todos. Defendemos uma fiscalidade amiga das famílias e das empresas e, portanto, defendemos uma baixa das taxas a aplicar. Mais à frente, nessa entrevista, enfatizo que devemos fazer todos os esforços para dotar o Município de uma forte atractividade fiscal, isto é, potenciar uma economia menos onerosa para o contribuinte e mais atractiva para o investimento. Reporto-me a esta entrevista porque há poucos dias, no jornal «Correio da Manhã», quem assinou o editorial enfatizava que cada português trabalha metade do mês para pagar impostos ao Estado. Temos de o emagrecer, libertando recursos para as pessoas e para as empresas. Só elas criam riqueza. Falo de competitividade fiscal. Temos hoje impostos altos de mais, é preciso reduzir a despesa pública e assim baixar a carga fiscal. De quem é a autoria deste editorial? Luís Marques Mendes, ex-líder do PSD. Fico bastante confortado que, ao nível nacional, haja cada vez mais vozes a pensar como o CDS-PP. Fica aqui registado que não concordamos com a manutenção das taxas mais elevadas, quer ao nível da participação variável do IRS, quer a nível da derrama". -----

-- O Senhor Aníbal Ferra mencionou "que hoje estou em sintonia com o CDS-PP. Mas também devem estar recordados que, no ano passado, fomos a única força nesta Assembleia a sugerir que o IRS descresse um ponto, de cinco para quatro por cento. Recordo-me das palavras de Miguel Ângelo que disse que os habitantes de Mafra gostavam de sofrer. Espero que sigam as palavras do Doutor Marques Mendes e que esta Assembleia desça um ponto nestes impostos e para o ano mais um". -----

-- O Senhor António Branco afirmou: "a posição do PS em anteriores Assembleias Municipais onde esta matéria dos impostos foi objecto de discussão vai no sentido de ter a preocupação de que as pessoas no Município possam beneficiar, dentro das disponibilidades de decisão do Executivo, de taxas inferiores às máximas. Nunca defendemos uma prática sistemática de taxas máximas. De qualquer maneira, retomando a posição que manifestámos em relação ao IMI, entendemos que a situação dos Municípios, e a do Município de Mafra em particular, exige que as posições doutrinárias sejam minorizadas face a uma avaliação um pouco mais realista e pragmática. O que está em causa, embora sejam as pessoas e as empresas, é que o Município tem de ter uma base mínima de sustentabilidade financeira. Por isso, a nossa posição não é doutrinária, é de manter o princípio de que, na primeira oportunidade, o Município deverá rever a posição sistemática de cobrar taxas máximas. Para este ano, não estamos à vontade para estar a exigir quando sabemos que no plano central vão acontecer imposições que afectam os próprios Municípios. Portanto, não vamos fazer políticas diferentes à escala nacional e local e, logo, não vamos votar contra a proposta apresentada". -----

-- Interveio o Senhor Biencard Cruz sobre os pontos oito e nove da ordem do dia, dizendo: "todos gostaríamos de pagar menos ao Estado. O que é certo é que hoje existe um conceito na Europa que não existia anteriormente, que é a competitividade fiscal. Em Portugal, a nível macro, estamos a ter um aumento claro

de impostos. A Câmara de Mafra teve sempre cobrança de taxas máximas, não é novidade, mas também acho que o justificou com obra feita. É verdade que a margem de manobra destas taxas e os recursos que uma Câmara Municipal tem são e estão ainda mais escassos. Não podemos esquecer o nível de isenções que o Governo fez sobre o IMI sem nada perguntar sobre a questão. Foram imposições, ditadas a nível central, sobre esta fatia escassa de recursos que hoje temos para fazer obra. É legítimo que as forças políticas venham pedir uma maior atenção, até do ponto de vista social. Mas, parece-me que num princípio de equilíbrio orçamental e de estabilidade financeira da Câmara Municipal será impossível dar esse benefício no contexto actual, quando as receitas caem vertiginosamente. Por isso, vamos votar favoravelmente". -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor do PPD/PSD, cinco votos contra (dois da CDU, um do BE e dois do CDS/PP) e nove abstenções do PS, atento o disposto na alínea r) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove de dois mil e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, fixar a percentagem de cinco por cento para efeitos do disposto nos números um e dois do artigo vigésimo da Lei número dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, referente à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Mafra, relativa aos rendimentos do ano de dois mil e onze, em conformidade com os documentos apresentados. -----

-- Passou-se, então, à discussão do ponto número nove, designado "**Lançamento de Derrama para dois mil e onze**". -----

-- Não havendo intervenções, iniciou-se a votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD e um do BE), quatro votos contra (dois CDU e dois CDS/PP) e nove abstenções do PS, autorizar o lançamento da derrama para o ano de dois mil e onze, fixando a sua taxa em um e meio por cento, de acordo com o disposto no número um do artigo décimo quarto da Lei número dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, em conformidade com os documentos apresentados. -----

-- Prosseguiu-se com o décimo ponto da ordem do dia, denominado "**Prestação de serviços de auditoria externa das contas do Município**". -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Branco para dizer que "quanto à matéria do cumprimento da legislação da contratação pública, se estiver dentro dos limites, não tenho nada a opor. Depois, retira-se daí as conclusões sobre aquilo que se propõem fazer, nomeadamente a consolidação legal das contas apresentadas. De qualquer maneira, levanto uma questão relacionada com o serviço que é oferecido por esta Sociedade, que no seu ponto três refere: «o Município de Mafra, por possuir serviços municipalizados, enquadra-se no âmbito do artigo quarenta e seis da citada Lei número dois de dois mil e sete». Mas, ao que eu saiba, a Câmara não tem serviços municipalizados, tem é empresas municipais. Tenho algumas dúvidas quanto a esta matéria".-----

-- Interveio o Senhor José João Costa, dirigindo-se ao Senhor Biencard Cruz: "nos seus vários «fait-divers», chamo a atenção para um ponto. Diz que a Câmara tem uma situação consolidada relativa à dívida, mas leu o número três do ponto dez do relatório do ROC? Viu o ponto treze?". Em seguida, continuou: "relativamente a este ponto, reportamo-nos à nossa intervenção no ponto número dois. A Câmara está obrigada por Lei a ter um fiscal único, mas ter um fiscal único sem lhe facultar os elementos necessários e conformes à boa execução do serviço contratado, é em nosso entender um dispêndio inútil. Os auditores existem por obrigatoriedade da Lei, mas o seu trabalho não pode ser reconhecido se não lhe forem dados os meios necessários para o executar cabalmente. Como tal, é como se não existissem. Se ainda não foi facultado ao ROC o inventário patrimonial da Câmara, como é que se faz o apuramento e a consolidação das contas?".-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal explicou que "existe património da Câmara que pode ainda não está registado, mas isso não altera substantivamente o valor patrimonial do Município. É aquele que aparece nas contas da situação líquida".-----

-- O Senhor Biencard Cruz tomou a palavra para dizer que: "relativamente ao número treze, ele é claro. O Município de Mafra cumpriu os limites de endividamento líquido. Relativamente ao número dez, é dito que há uma maior fragilidade financeira da Câmara. Agora, neste ponto da ordem de trabalhos, o que está em causa é algo completamente diferente. Este serviço de fiscal único e aos pareceres do fiscal único e de auditoria são pareceres que são ultra necessários e ajudam-nos no serviço de fiscalização à Câmara Municipal".-----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos, tendo este solicitado a intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que disse: "verificou-se um lapso na proposta dos auditores. Como sabem, a Câmara não tem serviços municipalizados, mas sim uma concessão das águas. Por outro lado, como sabem, no ano passado ainda não era obrigatória a consolidação das contas. Neste ano, vai ser contemplada, de todo o sector empresarial local, bem como da relação dos fluxos entre o Município e as empresas municipais".-----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor do PPD/PSD, dois votos contra da CDU e doze abstenções (nove do PS, dois do CDS/PP e um do BE), nos termos conjugados do número dois do artigo quadragésimo oitavo da Lei número dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, e alínea r) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove de dois mil e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, nomear a empresa RSM – Patrício, Moreira, Valente e Associados, SROC, como auditor externo das contas do Município de Mafra, pelo valor global de cinquenta e sete mil e trezentos euros, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de três anos, conforme documentação apresentada. -----

--- Nesta altura, ausentou-se da sala onde decorria a sessão o Senhor Ricardo Nuno da Fonseca Cacheira. -----

-- Prosseguiu-se com o último ponto da ordem do dia, com o título "**Documentos Previsionais para o ano de dois mil e onze**" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu este ponto, dando a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que começou dizendo: "devo confessar-vos que este foi o orçamento mais difícil de elaborar nos últimos anos, cuja dificuldade foi conseguir acolher todas as preocupações do dia-a-dia. A Câmara não pode ser indiferente a estas situações. Durante o ano de dois mil e dez, foram produzidas alterações que se revelaram, para os Municípios, como reduções nas participações financeiras provenientes da Administração Central. Ao nível do FEF, houve uma diminuição: de cerca de oito milhões de euros para sete milhões e duzentos mil euros. Isto para além de outras dificuldades, como por exemplo a da ADSE. Analisando a proposta, verifica-se que temos um orçamento mais baixo, com uma diminuição de cerca de dez por cento. Como tal, houve uma contenção muito forte ao nível da despesa corrente, bem como cortes substanciais em rubricas e acções que exigem um grande esforço partilhado por parte de todos os funcionários da Câmara e também das Juntas de Freguesia – é proposto um valor de apenas quatro por cento de cortes nas transferências para as Juntas, mas mantendo-se exactamente os mesmos valores para os protocolos de delegação de competências. Os cortes que referi, com valores significativos – tendo alguns atingido, inclusivamente, os quarenta por cento – constata-se em áreas como estudos, pareceres, consultadorias, comunicações, vigilância, combustíveis, energia, horas extraordinárias, publicações, publicidade e outros trabalhos especializados. Deste esforço, resultou o equilíbrio das contas, em termos de receita e despesa corrente. A receita ainda é ligeiramente superior à despesa, para que o equilíbrio se mantenha. Por outro lado, na área do capital, temos de perceber que, embora sujeitos à alguma crítica, haverá desaceleração de alguns investimentos que

estavam planeados, em função da conjuntura. Porém, o investimento essencial será feito. Por último, é preciso não esquecer que estes sessenta e nove milhões de euros propostos em orçamento estão numa perspectiva previsional, sendo que a nossa expectativa é que a execução orçamental, na parte da despesa global, se situe na ordem dos sessenta e cinco ou sessenta e seis por cento, enquanto que a receita se situe nos sessenta e cinco ou sessenta e seis por cento. Portanto, teremos uma realização mais baixa do que o habitual, mas resultante da conjuntura, a que não estamos indiferentes. Em resumo, eu direi: onde foi possível cortar, cortou-se; onde foi possível manter os investimentos, fez-se. Dou dois exemplos concretos de obras essenciais: a requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra e a requalificação da praia de Ribeira d'Ilhas. Fazemo-lo para não perdermos o financiamento comunitário. Com estas considerações, diria que, fundamentalmente, o quadro de reconhecida instabilidade económica provoca a responsabilização de todos nós".-----

-- No uso da palavra, o Senhor Hugo Luís afirmou que "em referência aos documentos previsionais para dois mil e onze, a bancada do PSD salienta: o orçamento apresentado, que ascende aproximadamente a sessenta e nove milhões e quatrocentos mil euros, revela prudência na sua preparação, tendo como referencial os valores orçamentados para dois mil e dez e o executado neste mesmo ano. A redução do orçamento para dois mil e onze, comparativamente ao ano de dois mil e dez, traduzindo uma diminuição de cerca de sete milhões e meio de euros, assenta principalmente nas receitas de capital, mais concretamente nas transferências da Administração Central. Neste sentido, e aquilo que tem sido a governação socialista do nosso país, não sabendo qual o valor real do défice, teremos de ser cautelosos, tentando antecipar aquilo que porventura este Governo irá ou não fazer relativamente às contas públicas, com reflexo no Município. Também nas receitas correntes, que ascendem a quarenta e quatro milhões de euros, os valores orçamentados na rubrica dos impostos directos antecipam uma diminuição naqueles que incidem sobre as transacções no mercado imobiliário, nomeadamente o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e o Imposto Municipal sobre os Imóveis. Na perspectiva da despesa, verifica-se a tentativa de contenção da despesa corrente para cerca de quarenta e três milhões e setecentos mil euros. De referir também que este orçamento apresenta um conjunto de serviços sociais e colectivos, nomeadamente da educação, reflectindo uma aposta no futuro do nosso Concelho. Numa perspectiva global, e relacionando a receita corrente com a despesa corrente, o que reflecte o quotidiano da Câmara, verifica-se um saldo positivo que ascende a cerca de trezentos mil euros. Em resultado da conjuntura económica nacional e internacional, também no nosso Concelho o investimento irá diminuir, promovendo o essencial e aquilo que já estava planeado. Em face do exposto, consideramos que a prudência e a moderação manifestada na preparação deste documento reflectem as dificuldades sérias a que o ano de dois mil e onze nos obriga. Deste modo, a bancada do PSD vota favoravelmente a proposta apresentada".-----

-- O Senhor Alves Pardal disse: "antes de colocar algumas perguntas à edilidade, temos aqui questões prévias. A primeiro relaciona-se com a forma como nos é apresentado este ponto intitulado «Documentos Previsionais para o ano de dois mil e onze». Salvo melhor opinião, o que nós estamos a apreciar efectivamente é: um, Opções do Plano; dois, Proposta de Orçamento. Estes Documentos Previsionais são o suporte documental para estes dois actos essenciais. O que nós estamos aqui a apreciar e aprovar, ou não, são as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento. É essa a leitura que faço da Lei, bem como do Regimento da Assembleia Municipal. Quanto a estes elementos que nos foram adicionados, antes de mais tenho de dizer que estranho a metodologia com que nos foram apresentados, porque me deparo com várias folhas assinadas, pelos Senhores Vereadores, em branco e numeradas. De seguida, faço o seguinte comentário sobre as receitas de capital: na folha vinte e um, no código zero nove zero um, verifico um valor elevado relativo a terrenos, quando nos pontos um, dois e agora no onze da ordem de trabalhos desta

Assembleia o que está sempre em causa é uma dificuldade de realizar receita proveniente de terrenos, que já estaria previsto que tivessem sido alienados este ano. A questão que coloco é a seguinte: face às condições do mercado, será que é justificável contar com esta receita? Outra questão relaciona-se com opções de política orçamental. A folhas quarenta e nove, para o Boletim Municipal prevêem-se cinquenta mil euros, mas, comparando com a Agenda-Cartaz, verifica-se que o primeiro sai muito mais caro, quando a Agenda-Cartaz tem efeitos úteis na divulgação de eventos. Cotejando este valor de cinquenta mil euros com as verbas a atribuir às freguesias, a folhas cento e onze, notamos que a Câmara gasta mais com este Boletim Municipal do que a verba mais elevada que atribui a uma das Juntas de Freguesia. Depois, a folhas cento e quatro, código zero dois zero dois catorze, na rubrica «Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria», a verdade é que continua aqui um montante bastante avultado. Notamos ainda que, a folhas quarenta e cinco, código zero sete zero três zero três zero sete, está aqui uma verba elevada com a captação e distribuição de água. Julgámos que essas despesas já estariam a cargo da Veolia, mas constam aqui. A folhas vinte e um, código zero sete zero dois zero nove zero sete, «Parque de Estacionamento», no ano transacto estava prevista uma verba de três mil euros e agora aparece uma verba de cem mil. A que se deve este aumento? É a política do Município de alargar estacionamento a todo o Concelho? É o estacionamento existente que vai gerar esta receita? Depois, temos aqui rubricas que aparecem com a designação genérica de «Outras» e em que nos confrontamos com montantes extremamente elevados. Às vezes nas rubricas dos códigos anteriores, vêm montantes reduzidos e quando chegamos às rubricas «Outras» estes sobem exponencialmente. Não obstante estas observações, há aqui um reconhecimento que gostaria de fazer. Posso não concordar com este Orçamento, nem com estas Opções do Plano, mas quero prestar a minha homenagem à Câmara por nos ter enviado os documentos atempadamente. Permite que tenhamos uma visão crítica sobre o Orçamento, que possamos estudar os dossiês e julgo que isso é louvável".-----

-- Interveio o Senhor José João Costa, lendo o documento que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO NOVE".-----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que "o BE tem a formular o mesmo reparo que a CDU. Em função disso, votarei contra e lerei depois uma declaração de voto".-----

-- O Senhor António Branco afirmou: "não vou repetir a informação que foi disponibilizada pelo Senhor Vice-Presidente, mas verifico que houve uma quebra global do orçamento na ordem dos nove por cento. Ao nível das receitas, constatou-se uma subida ligeira das receitas correntes e uma quebra de sete milhões de euros, ou seja, cerca de vinte e dois por cento nas receitas de capital. Ao nível das despesas, houve um aumento de um vírgula oito milhões nas despesas correntes, o que significa mais quatro por cento, e uma quebra significativa das despesas de capital, de vinte e cinco por cento. Concluindo, temos um orçamento global deprimido, com despesas correntes relativamente estabilizadas e uma redução significativa, quer do investimento, quer das receitas de capital. O único elemento que destoa com a intervenção do Senhor Vice-Presidente é o facto de ter referido que tinha havido um esforço de contenção ao nível das despesas correntes, mas o que é real é que houve um aumento de um vírgula oito milhões de euros, o que significa mais quatro por cento. Depois, quanto às despesas de capital, verificou-se um deslizamento para dois anos na execução das obras contempladas no Plano Plurianual de Investimentos. Para o próximo ano, teremos o desenvolvimento de um conjunto de obras que já vinham do passado (o novo Parque e Oficinas, o edifício da Junta da Freguesia de Alcaíça), bem como alguns projectos que já teriam sido concluídos, sendo que as verbas é que serão contabilizadas no próximo ano. Sobre as receitas de capital, tenho algumas dúvidas porque há uma quebra significativa. A nível da venda de terrenos, apenas está previsto quatro vírgula um milhões de euros. Admito que este valor está associado ao terreno do Parque de Campismo da Ericeira. Nas transferências de capital, que são sobretudo do Estado, constata-se uma quebra de cerca de dez milhões de

euros relativamente ao ano passado. Há expectativa de que não possam ser pagas algumas das escolas? Depois, não se entende de onde vêm as «Outras receitas de capital» na ordem dos dez vírgula cinco milhões de euros. Fico com algumas dúvidas e preocupado com o nível das receitas de capital".-----

-- O Senhor Biencard Cruz, no uso da palavra, salientou que "o orçamento é mais baixo, face à difícil situação financeira. A realização da despesa também é mais baixa, a venda dos activos está em *stand-by*, tenta-se manter as transferências para as Juntas de Freguesia, verifica-se a descida da receita proveniente dos impostos e a Câmara mostra um grande atenção na contenção de despesas. Sublinho que as obras de requalificação se vão manter, quando outras Câmaras, também com financiamentos comunitários, têm de desistir".-----

-- Em resposta às questões colocadas, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu: "no que diz respeito aos «Outros», entendo que haja dificuldade de compreensão destas rubricas, mas é decorrente da Lei. A título de exemplo, e quanto aos estudos, pareceres e consultadoria, incluem-se aqui os trabalhos que estão já a ser feitos, nomeadamente quanto à revisão do Plano Director Municipal, a auditoria de Certificação da Qualidade, entre um conjunto de acções que constituem estes «Outros». No que diz respeito às receitas de capital, nomeadamente o terreno, só o contemplamos neste orçamento porque temos fortes expectativas de o alienar. Quanto ao Boletim Municipal, o montante previsto engloba um conjunto de outras situações que estão aqui conjugadas. No que se refere aos valores do «Parque de Estacionamento», obviamente que se referem à cobrança através da instalação dos parquímetros. Nas despesas correntes, agradeço o contributo prestado pelo Senhor António Branco, mas o que está a prejudicar esse montante é o valor final das rendas das escolas, porque só a partir do ano de dois mil e onze é que começamos a pagar a totalidade dessas rendas. Como sabem, e contrariamente ao que foi dito, publicado e comentado, as rendas não são na ordem dos dezanove milhões de euros por ano, são quatro milhões e meio. Ora, este valor é que vai «esmagar» toda a contenção que realizámos ao nível das despesas correntes. Por outro lado, e no que diz respeito às receitas de capital, há aqui uma perspectiva de arrecadar cerca de dois milhões de euros – estamos em negociações com a EP – resultantes da transferência da via entre a Murgeira e a Enxara dos Cavaleiros. Concluindo, este documento foi feito com toda a prudência e seriedade".-----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, atento o disposto na alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, um voto contra do BE e treze abstenções (nove do PS, duas da CDU e duas do CDS/PP), aprovar os Documentos Previsionais para o ano de dois mil e onze, sendo o valor do Orçamento no montante de sessenta e nove milhões trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e quarenta euros e das Grandes Opções do Plano – total definido – no montante de quarenta e quatro milhões quinhentos e noventa e oito mil setecentos e oitenta e cinco euros. O BE apresentou a declaração de voto que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO DEZ".-----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Verificou-se a inscrição da Senhora Dona Maria Beatriz Severino Gonçalves, que passou a ler o documento que se junta a esta acta com a denominação de "ANEXO ONZE".-----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra, quando passavam dez minutos da uma hora do dia trinta e um de Dezembro do mesmo ano.-----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Ass. Presidente Mafra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Reputa-se que
nem com o
voto em favor do PSD,
CDS-2 e de outros do voto
9 abstenção do PS
e o voto a favor
do BE e 2 votos da
CDU
30/12/2010

RECOMENDACÃO

**Taxação das máquinas ATM (Multibancos) que tenham utilização pelos
clientes dos bancos a partir da via pública**

A Lei Nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, estipula (Art.3º) que as taxas das autarquias locais são tributos que assentam, entre outros “na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais”.

Considerando que

- A instalação de máquinas ATM para utilização como Multibancos não tem sido taxada sempre que utiliza a via pública para o estabelecimento de uma relação negocial privada, entre um banco e um seu cliente.
- Existe uma base de incidência objectiva e subjectiva para a criação de uma taxa municipal para o funcionamento de caixas ATM (Multibancos), com acesso a partir de uma via pública (Artigos 6º e 7º da Lei acima mencionada).
- A aplicação desta taxa não se poderá reflectir nas taxas cobradas pelos bancos aos seus utentes.
- Não se vislumbrarem razões para uma eventual continuidade da actual situação de isenção de taxas para esta implantação da ATM na via pública, ainda mais quando o sector teve, segundo dados da Associação Portuguesa de Bancos, 1 652 milhões de euros de lucros durante o ano de 2009.

ANEXO UM

Considerando ainda que

- Os cortes no financiamento das autarquias locais, quer os já efectuados quer os já anunciados, com grave incidência na prestação de serviços à comunidade local, necessitando a autarquia de encontrar fontes de receita sem que não tenham reflexos nos orçamentos familiares.
- Várias autarquias do país estão a tomar medidas no sentido de taxar as caixas multibanco utilizadas pelos clientes directamente a partir da via pública, tendo esta proposta recolhido apoio de autarcas de todos os partidos.

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 30 de Dezembro de 2010 vem, por proposta do Bloco de Esquerda, recomendar à Câmara Municipal de Mafra que:

- Inclua no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município para 2011 uma taxa sobre as máquinas ATM (Multibancos) instaladas no concelho e utilizadas pelos clientes dos bancos directamente a partir da via pública;

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

O Eleito do Bloco de Esquerda

Anibal Ferra

**CAPELA DE SANTO ANTONIO – ANTIGA CAPELA DE N.ª.Sr.ª. da BOA
VIAGEM
ERICEIRA**

**TOMAMOS CONHECIMENTO QUE A CAPELA DE SANTO ANTÓNIO NA
ERICEIRA, EDIFICAÇÃO QUE DATA DE 1609, ANTIGA CAPELA DE N.ª. Sr.ª
DA BOA VIAGEM, SITA NAS RIBAS, QUE SUPOMOS SER PROPRIEDADE
DO PATRIARCADO DE LISBOA, SOFREU A AMPUTAÇÃO DO CORO.**

**POR ESTE MOTIVO, SOLICITAMOS SER INFORMADOS SE OS SERVIÇOS
DA CÂMARA, NOMEADAMENTE O DEPARTAMENTO DA CULTURA
TEVE CONHECIMENTO DE TAL FACTO ?**

**SE NÃO TEVE, AGRADECEMOS QUE SEJAM ENVIDADAS DILIGÊNCIAS
NO SENTIDO DE SABER O PORQUÊ DA INTERVENÇÃO QUE FOI
EFECTUADA E QUAL A SUA FINALIDADE.**

**DADO TRATAR-SE DE UMA EDIFICAÇÃO QUE SE INSERE NO
PATRIMÓNIO HISTÓRICO DA VILA DA ERICEIRA, AS ALTERAÇÕES
EFECTUADAS ESTÃO A CAUSAR ALGUMA PREPLEXIBILIDADE JUNTO
DA POPULAÇÃO QUE SE TEM ESTADO A APERCEBER DO QUE
ACONTECEU E PROCURAR OS MOTIVOS QUE A ORIGINARAM.**

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Mafra

ANEXO Dois

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Crise. A Crise. A palavra com que tudo se quer explicar para nada se resolver. Crise endógena e exógena. Crise de sempre. Crise, ou seja, turbulência, mudança, desajuste, indefinição, crescimento. Crise de adolescência, de meia idade, de decadência. Com crise sempre se vive e sempre se cresce e se morre. Falando nós dos homens ou dos países que de homens são feitos. O problema é verdadeiramente preocupante quando as crises são provocadas por quem delas quer tirar proveitos ilícitos, imorais, perversos. É uma crise destas com que hoje nos debatemos. Ela não nasceu do nada, nem de ninguém. Tem culpados, tem nomes, tem factos, tem acções. Que não se nomeiam, porque os governantes e seus seguidores obedecem servilmente aos culpados, suplicam-lhes ajudas usurárias, depois de com eles se terem insensata e avidamente empenhado. Aqui em Portugal, com um governo e associados que se limitam a impingir-nos ordens de Bruxelas e dos “banqueiros dos offshores”, querem estrangular os trabalhadores tirando-lhes o trabalho, depositando-os no desemprego, condenando-os à fome, à insanidade, à incultura. Incultura. Era aqui que queríamos chegar. Um povo que, em menos de quarenta anos, saiu do analfabetismo, com uma brevíssima passagem pelo caminho da aprendizagem, está presentemente caído na iliteracia, em patamares próximos da nulidade cultural. As notícias que chegam do poder central são assustadoras, com cortes e atitudes desviantes em tudo o que cheire a ensino e cultura. Falamos do poder central, mas não só. Como numa engrenagem, a roda mandante leva o poder autárquico a seguir o exemplo que vem de cima. Não há verbas, não há dotações, não há colectas. Há crise. Ouvimos, sim, sabemos. E então? Vamos poupar onde? Vamos fechar o quê? Vamos acabar com que mais? A cultura não é prioritária? Não dá votos? Não é cartaz turístico? Meus senhores, a cultura pode ser também isso tudo. A cultura tem é de ser entendida como base essencial, indispensável para o crescimento e bem estar dos povos e há muitas formas de a promover sem grandes gastos de dinheiro. Já agora, explicamos, estamos a falar de cultura séria e não de arremedos pseudo-culturais, popularuchos e não populares, arremedos que podem até atrair pequenas multidões ululantes, mas não ensinam algo sem o que não se constrói o futuro e que é SABER PENSAR. É com apreensão que sabemos do encerramento da companhia teatral. Encerramento. E porque não reformulação, dinamização, divulgação? Não tem havido cinema. Não vai haver? E porque não uma programação de maior qualidade? E porque não colóquios, workshops sobre cinema? E sobre bailado? E sobre música? É preciso ENSINAR A GOSTAR. Não nos venham com a desculpa de que não há público. O público forma-se. Não é um trabalho rápido. Requer saber, atenção, persistência. É caro? Caro é ter um povo que gosta dos cantores pimba, dos “morangos com açúcar” e de outras manifestações de indigência cultural. Caro é não ter quem leia jornais nem livros. Caro é não ter quem SAIBA FAZER. Aí é que assenta a futura ruína dos povos. A CDU apela para que a Câmara reveja, reconsidere, reavalie a atenção e o carinho a dispensar a esta área tão nobre e tão pobremente tratada na terra de João Paulo Freire, de Armando Lucena, de Hélia Correia, para só citar os nomes conhecidos, mas de tantos outros, e alguns bem jovens, que são sangue bom e talentoso que não devemos ignorar e dispensar.

E para que não encolham os ombros dizendo que são ideias de comunistas, as quais ouvem com atenção, mas arquivam, aqui vai uma frase de alguém que não nos consta ser sequer da CDU: “em momentos de especiais dificuldades, como o que atravessamos, as crises não encontrarão verdadeira solução se não pusermos o acento no Portugal cultural”. - Disse-o, em entrevista ao Diário de Notícias, D. José Policarpo, o Cardeal-Patriarca de Lisboa.

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

ANEXO TRÊS

PONTO 2

PARECER DO FISCAL ÚNICO

AO ANALISARMOS ESTE PARECER QUE SE REPORTA AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010, AS INFORMAÇÕES NELE CONTIDAS ESTARÃO COMPLETAMENTE DESFASADAS DA SITUAÇÃO ACTUAL DAS CONTAS DA CÂMARA.

NO ENTANTO CONTINUAMOS A OBSERVAR QUE OS ROC'S UMA VEZ MAIS CHAMAM A ATENÇÃO PARA O FACTO DA INEXISTÊNCIA DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DA CÂMARA.

ESTA SITUAÇÃO NÃO PERMITE UMA PERFEITA E RIGOROSA AVALIAÇÃO. PELO QUE QUAISQUER PARECERES OU ANÁLISES SERÃO SEMPRE DISTORCIDOS E CARENTES DE UMA AVALIAÇÃO COMPLETA.

PERANTE ESTA SITUAÇÃO, CUMPRE-NOS SOLICITAR À CÂMARA, A INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO ACTUAL E A DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL, ÚNICA FORMA DE PERMITIR QUE OS PARECERES E ANÁLISES EFECTUADAS PELOS ROC'S SEJAM FIÁVEIS E AUTÊNTICOS PARA QUE POSSAM SER CONSIDERADOS.

CHAMAMOS AINDA A ATENÇÃO PARA O FACTO DESTE INCUMPRIMENTO LEGAL, IMPOSSIBILITAR A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAZER O CONTROLO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO.

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

ANEXO QUATRO

Relativamente ao Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas nº 4/2010 – 2ª Secção e na sequência da reunião da Assembleia Municipal de Mafra de 30 de Abril corrente, bem como das informações posteriormente enviadas pela Câmara Municipal de Mafra ao Tribunal de Contas de que foi dado conhecimento a todos os Grupos Municipais, a Assembleia Municipal de Mafra delibera o que seguidamente se expõe:

1. Tendo em conta a importância da actividade fiscalizadora do Tribunal de Contas, a Assembleia Municipal de Mafra regista as conclusões e as recomendações deste órgão de fiscalização;
2. Quanto aos procedimentos que o Tribunal de Contas considera menos correctos ou susceptíveis de correcção, regista esta Assembleia Municipal que a Câmara Municipal de Mafra comunicou àquele órgão de fiscalização ter adoptado as medidas sugeridas e elencadas nas recomendações constantes do relatório de auditoria acima mencionado;
3. A Assembleia Municipal delibera, ainda, solicitar à Câmara Municipal de Mafra que informe se o Tribunal de Contas considerou suficientes as medidas correctivas entretanto comunicadas pelo executivo camarário àquele Tribunal;
4. Numa perspectiva de futuro, a Assembleia Municipal sugere que sejam adoptadas pelo Município de Mafra, de forma sistemática, as recomendações ora formuladas pelo Tribunal de Contas.

PONTO 3

DECLARAÇÃO DE VOTO

RELATÓRIO DA AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS
PROC. 4/2010 – 2ª. SECÇÃO

RELATIVAMENTE A ESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS, AFIRMAMOS QUE OS SUCESSIVOS REPAROS, AVISOS E ALERTAS, QUE FOMOS EFECTUANDO DESDE À LONGO TEMPO, PELA FORMA COMO A CÂMARA FOI GERINDO E CONTRAINDO ELEVADOS ENCARGOS FINANCEIROS, COM OBRAS PARA AS QUAIS NÃO DETINHA AS DEVIDAS COMPETÊNCIAS, QUE VIERAM A SER REVELADOS NESTA AUDITORIA.

AS PRÁTICAS USADAS NA GESTÃO DOS INTERESSES MUNICIPAIS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS LEGAIS, ATINGEM OS ELEITOS E AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS, VIRÃO A PROJECTAR-SE NOS PRÓXIMOS ANOS E, POSSIVELMENTE, NAS FUTURAS GESTÕES AUTARQUICAS, ATINGINDO TODOS OS MUNICÍPIOS.

NÃO QUERENDO IR ALÉM DAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES, CONSIDERAMOS QUE DEVEM PROSSEGUIR OS PROCEDIMENTOS LEGAIS ADEQUADOS E, POR ISSO ACEITAMOS O CONSENSO TRADUZIDO NO DOCUMENTO ELABORADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SEM QUE ISSO NOS IMPEÇA DE CONDENAR OS FACTOS VERIFICADOS.

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

ANEXO SEIS

A. Branco

Declaração do PS

**relativamente ao Ponto 3 da Ordem do Dia – Tomada de posição sobre
Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas nº 4/2010 – 2º Secção**

O Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas sobre a área financeira do Município de Mafra e sobre as suas relações com as empresas municipais Mafratlântico e Pavimafra, tendo como referência o exercício de 2006, e a resposta do Município às Recomendações feitas pelo Tribunal de Contas no citado Relatório, evidenciam diversas situações associadas à prática de irregularidades na gestão municipal, determinadas pela não adopção pela Câmara Municipal de adequados procedimentos.

Com efeito:

- 1) O Tribunal de Contas conclui que a infraestrutura rodoviária construída pela Mafratlântico, empresa municipal criada em 2001, está ferida de legalidade devido ao facto da sua construção, financiamento e exploração estarem em desconformidade com o seu objecto, apesar do parecer jurídico favorável emitido, no que respeita à possibilidade do Município ter tomado a seu cargo a construção e exploração de uma estrada municipal com características de auto-estrada e à possibilidade de proceder à cobrança de uma portagem ou taxa pela sua utilização. Note-se que este parecer foi contraditado por um outro parecer da Procuradoria-Geral da República, publicado em 2003, que foi elaborado por solicitação do Secretário de Estado das Obras Públicas, cuja conclusão foi no sentido de considerar que as funções de construção de auto-estradas não constituem atribuições dos municípios.

Neste contexto, o Tribunal de Contas considerou também que a Mafratlântico não poderia adjudicar posteriormente diversas prestações de serviços (SIBS, Via Verde, Auto Estrada do Atlântico), nem celebrar contrato-programa com o Município, nem transferir a expropriação dos terrenos para o Município e nem, eventualmente, celebrar protocolo com as Estradas de Portugal.

O próprio Município veio a reconhecer as irregularidades referenciadas na Auditoria do Tribunal de Contas, procedendo consequentemente à regularização do registo contabilístico dos terrenos afectos à Via Municipal Principal e dos valores dos proveitos diferidos de exercícios anteriores relativos à Via Mafra / Juncal / Abrunheira, bem como à constituição do direito de superfície da área de Serviço da A21 e à expropriação dos terrenos por onde circula esta auto-estrada.

Apesar destas irregularidades jurídicas associadas à génese da Mafratlântico terem perdido relevância objectiva, no âmbito de um consenso estabelecido posteriormente entre o Município de Mafra e os diversos Governos no sentido de integrar a A21 na Rede Rodoviária Nacional, concessionando-a à EP – Estradas de Portugal, e colocando-a, deste modo, dentro dos parâmetros jurídicos de enquadramento das auto-estradas, o Partido Socialista não pode deixar de condenar as práticas irregulares identificadas, nesta matéria, pelo Tribunal de Contas, demarcando-se de um modelo de gestão de todo este processo que foi arrivista e juridicamente pouco sustentado e que colocou os eleitos autárquicos reféns de uma actuação municipal não consentânea com as exigências de transparência e de consistência, a que devem presidir as tomadas de decisão.

- 2) No que se refere à criação da Pavimafra, em 2000, considera o Tribunal de Contas que a escolha do parceiro privado a integrar nesta empresa municipal foi feita sem que a Câmara Municipal de Mafra tenha cumprido os procedimentos pré-contratuais exigidos no ordenamento jurídico nacional e no Direito Comunitário, o que considera constituir uma irregularidade susceptível de configurar responsabilidade financeira sancionatória.
- 3) As relações entre o Município e a Pavimafra enfermaram de diversas irregularidades processuais e, eventualmente, poderá ter-se verificado uma situação de ilegalidade, no que respeita à atribuição feita pelo Município de indemnizações compensatórias (como se os serviços prestados pela Pavimafra tivessem a natureza de um bem social, prestado a preço inferior ao do mercado como é o caso dos transportes públicos prestados pela Carris e o Metro, em Lisboa), em 2001, situação que veio a ser justificada

A. Branco

pelo Município como um lapso dos seus Serviços Municipais e, como tal, rectificada no ano seguinte.

De entre as irregularidades processuais cometidas pelo Município nas relações com a Pavimafra, o Tribunal de Contas refere o fornecimento de bens, a prestação de serviços e o arrendamento de um imóvel do Município à empresa, operações que, no entender do Tribunal de Contas, deveriam sujeitar-se às mesmas regras que são aplicadas aos restantes operadores que actuam no mercado, sem violação dos princípios da igualdade, transparência e cumprimento das regras de concorrência.

Em diversos momentos, de acordo com esta auditoria, o Município violou as regras da contratação pública ao adjudicar directamente as empreitadas à Pavimafra, através de ordens de execução, que consubstanciam ajustes directos sem consulta de mercado através de concurso público, como exigia a Lei, face aos montantes envolvidos nessas obras. Por outro lado, conforme exigido pela Lei, nunca foi solicitado parecer prévio ao Tribunal de Contas.

O próprio Município reconheceu as irregularidades cometidas, ao introduzir diversas medidas correctivas constantes do documento de resposta endereçado ao Tribunal de Contas, donde consta o cancelamento da emissão de diversas Ordens de Execução de obras para a Pavimafra.

- 4) O Tribunal de Contas refere, focalizando-nos no exercício de 2006, diversas irregularidade ao nível da organização financeira do Município (instrumentos previsionais de gestão, análise das demonstrações financeiras, análise da execução orçamental, endividamento).

Nestas matérias, sublinha-se a situação de o Município de Mafra nunca ter procedido à apresentação dos seu Balanços e Demonstração de Resultados Consolidados relativos aos diversos exercícios anuais, contemplando as suas participadas (designadamente as empresas municipais), apesar da legislação em vigor ter estabelecido esta obrigatoriedade.

Na análise dos níveis do endividamento global e de médio e longo prazo do Município nunca foi possível, a partir dos suportes contabilísticos consolidados disponibilizados ao nível da vereação e da Assembleia Municipal, apreciar os empréstimos contraídos também pelas suas empresas municipais. Ora, no que respeita à análise financeira realizada pelo Tribunal de Contas relativamente a 2006, este órgão de fiscalização considerou, suportando-se nas disposições legais em vigor sobre a matéria, que aos encargos do Município se deveriam ter acrescentado os empréstimos contraídos pelas empresas municipais (Pavimafra, Mafratlântico e Giatul), concluindo, no âmbito do referido Relatório de Auditoria, que o Município de Mafra havia ultrapassado em 91%, naquele ano, o seu limite legal da capacidade de endividamento de médio e longo prazo, o que constitui uma irregularidade susceptível de configurar eventual responsabilidade financeira sancionatória.

Também no contexto em que decorreram as relações entre o Município de Mafra e as suas empresas municipais é possível identificar diversas operações de transferência de recursos entre o Município e as empresas municipais, caracterizadas por falta de rigor, consistência e de transparência. A título de exemplo, conforme referido pelo Tribunal de Contas, refere-se a transferência de verbas para o Município por parte da Mafratlântico para pagamento das expropriações, ou a transferência de verbas do Município para a Pavimafra a título de indemnizações compensatórias.

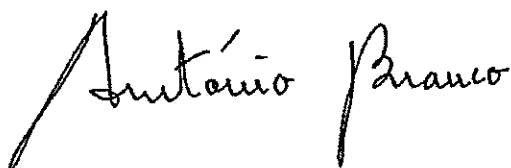
- 5) Considera o PS imperioso garantir-se que não recaiam sobre o Município de Mafra quaisquer situações de irregularidade ou suspeitas de ilegalidade, pelo que exigimos, como oposição responsável, a adopção, por parte do Município, de orientações que garantam o cumprimento estrito das normas e regras do direito público, devendo-se, para esse efeito e sempre que necessário, solicitar esclarecimentos prévios, junto dos organismos públicos que tutelam ou intervêm nas relações com as autarquias, sobre as matérias relativamente às quais existam dúvidas ao nível da sua prossecução.

Por outro lado, e no mesmo sentido, se exige que, obrigatoriamente, quer na apresentação das Contas do Município relativas ao exercício de 2010 quer para os exercícios subsequentes, sejam apresentados nesta Assembleia, em tempo oportuno, o Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados exigidos por lei, contemplando os fluxos financeiros entre o Município de Mafra e as suas participadas, na perspectiva de podermos avaliar a sustentabilidade financeira do Município.

- 6) Que fique claro, pois, para todos os munícipes, que a responsabilidade por esta situação cabe exclusivamente ao executivo municipal liderado pelo PSD.

A intervenção política do PS pauta-se e pautar-se-á sempre em Mafra, ao nível dos diversos órgãos municipais, por uma atitude responsável de fiscalização e escrutínio da actividade desenvolvida pelo executivo municipal.

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

A handwritten signature in black ink, reading 'António Branco'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the beginning.

ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA Á FUNDAÇÃO ESHTÉ

Tendo em consideração a deliberação do Executivo, tomada por unanimidade, quanto á adesão deste município á Fundação da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTÉ), consideramos ser positiva essa adesão pois nos seus estatutos e no plano de acção, preconiza por exemplo:

- A assessoria especializada

Se esta unidade for posta aos serviço do município para consultas de teor técnico, pode ser uma mais valia que ajude as entidades decisórias do turismo municipal e desenvolver acções de divulgação ou de investimento com maior rigor e acerto.

- Serviços especializados de apoio directo ao empresário

Com a divulgação desta valência pelos empresários e agentes directos ligados ao turismo, pode ser encontrada uma janela de apoio á actividade de grande utilidade.

- Geração de sistemas formais e não formais de ensino

Gostaríamos de conhecer se estão previstos no âmbito da Fundação, alguns cursos de reciclagem e formação direccionados aos profissionais de restauração e turismo que exercem actividade no concelho? Pois essa seria uma boa aposta para tirar partido da integração do município na fundação

- Unidade especializada dedicada ao Turismo de Natureza e Surf

Posicionando-se Mafra como um importante player na vertente do Surf e no Turismo de Natureza, faz todo o sentido a proposta colocada pelo Município, restando agora tirar partido dessa unidade.

Consideramos assim que esta adesão pode criar uma parceira de interesses com vantagem para as duas partes (Município de Mafra e a ESHTÉ) bem como possibilitar o intercâmbio entre todas as entidades aderentes.

O nosso voto será positivo e ficamos expectantes quanto aos resultados, quando entendemos que sendo o Turismo um pilar fundamental da economia municipal, esta parceria se bem aproveitada pode trazer mais valias fundamentais para a melhoria do produto turísticos Mafra.

Daniel MARCHANTE

Membro da Assembleia Municipal

Mafra , 30 de Dezembro de 2010

ANEXO oito

PONTO 11

REGISTAMOS COM AGRADO A CONSULTA QUE NOS FOI FACULTADA PELA PRIMEIRA VEZ, PARA PODERMOS APRESENTAR PROPOSTAS PARA A ELABORAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2011.

PORÉM, HÁ SEMPRE UM PORÉM, CONVENHAMOS QUE O PRAZO FIXADO (UM DIA E MEIO), É EXCESSIVAMENTE APERTADO PARA QUE POSSAMOS TOMAR COMO SÉRIA, "TÃO MAGNA" OPORTUNIDADE DE CUMPRIMENTO DA LEI.

QUEM TIVER TIDO ACESSO AO DOCUMENTO EM CAUSA, CONCORDARÁ QUE A SUA EXTENSÃO E COMPLEXIDADE NÃO É COMPATIVÉL COM TÃO CURTO ESPAÇO DE TEMPO PARA UMA ANÁLISE CUIDADA, RIGOROSA E RESPONSÁVEL, QUANTO MAIS PARA ELABORAR PROPOSTAS E ALTERAÇÕES A QUE A OPOSIÇÃO TEM DIREITO.

NÃO ACEITAMOS A PRÁTICA, QUE PARECE NORMAL DE QUE DOCUMENTOS COM ESTA RESPONSABILIDADE E COMPLEXIDADE, SEJAM ELABORADOS E ANALISADOS NO ESTILO DE "MEIA BOLA E FORÇA". NÃO CREMOS ACREDITAR, SER ESTA A PRÁTICA QUE A CÂMARA QUEIRA QUE OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL USEM RELATIVAMENTE À APRECIÇÃO DE DOCUMENTOS COMO ESTES.

CONCLUINDO, SUBLINHAMOS POSITIVAMENTE QUE PELA PRIMEIRA VEZ FOI FEITA A CONSULTA PRÉVIA DE ACORDO COM O ESTATUTO DO DIREITO DA OPOSIÇÃO, MAS NÃO PODEMOS ACEITAR QUE NOS QUEIRAM IMPOR UM ESPAÇO DE TEMPO TÃO LIMITADO, QUE NOS PARECE SER UMA FORMA ENCAPOTADA DE NÃO NOS PERMITIR INTERVIR DE UMA FORMA SÉRIA E USAR UM DIREITO QUE A LEI NOS FACULTA E A QUE O EXECUTIVO CAMARÁRIO ESTÁ OBRIGADO.

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

ANEXO NOVE



Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

DECLARAÇÃO DE VOTO

O ano de 2011 será extremamente difícil para quem tem menos recursos, prevendo-se, pelo agravar da crise social que assola o país, um aumento das dificuldades sentidas por uma grande parte da população. É neste contexto que surge o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara de Mafra.

A crise de que se fala é fruto de mais de três décadas de políticas erradas, conduzidas pelos governos de PS e PSD, com ajuda pontual do CDS. As medidas de austeridade tomadas pelos partidos de Sócrates e Passos Coelho, ao abrigo dos vários PEC e do Orçamento de Estado para 2011, são a continuação desta política e vão prejudicar fortemente grande parte da população e as autarquias, sem pôr em causa nos interesses dos poderosos, da finança e dos grande negócios.

A esta Assembleia Municipal é pedido, em nome da austeridade e do rigor, o voto de aprovação para a proposta apresentada pela Câmara. Mas trata-se de uma proposta feita unicamente de números e tabelas, sem uma palavra para as opções tomadas para responder aos desafios que Mafra enfrenta.

Ao apresentar uma proposta desta natureza, a Câmara recusa um compromisso político concreto e alicerçado em linhas de acção claras, objectivos prioritários ou metas que se possam avaliar.

- Que estratégia tem a Câmara de Mafra para o ano que vem?
- Qual o vosso plano de resposta à crise ?
- Existe um fundo de emergência Social para acudir às necessidades especiais que venham a surgir no concelho?
- Que vão fazer para responder aos graves problemas de saneamento básico e ambientais do nosso território ?
- Como pensam melhorar as vias de comunicação?

São perguntas como esta que ficam sem resposta quando o compromisso político é substituído por uma perspectiva meramente técnica do ano de 2011.

Não é uma atitude que nos espante, pois esta é a forma de actuar deste Executivo e dos eleitos que o suportam: cumprir os formalismos e não se preocupar com a necessidade da população poder compreender as linhas orientadoras do orçamento e plano de actividades, e ao mesmo tempo desvalorizar o papel de quem deve fiscalizar a actividade Camarária.

Há outra questão a que este orçamento não responde e que gostávamos de ver esclarecida: Qual a estratégia da autarquia para as Empresas Municipais?

Não vai a Câmara transferir verbas ou fazer contratação de actividades com a PAVIMafra?

É que, curiosamente, quase nenhuma das rubricas do orçamento visa directamente estas entidades. E se fala em Empresas Municipais é muito subtil, as verbas em causa são modestas. Olhando os números, podemos intuir algumas das transferências que irão ser feitas, mas não deixamos de nos perguntar: porque não assumem de forma clara esta relação com estas Empresas que, apesar de estarem longe do controle democrático desta assembleia, são parte da autarquia?

Esta discussão e votação do orçamento e de plano de actividades para 2011 surge mesmo no fim do prazo legal para a sua conclusão. O Executivo fá-lo tardiamente pois está seguro da sua aprovação e não considera qualquer hipótese de alteração ao documento.

Podem dizer que os partidos foram chamados para se pronunciarem antes da aprovação em reunião de Câmara, mas tenho a dizer que o Bloco recebeu o orçamento a poucas horas da conclusão do prazo, pelo que embora formalmente o Estatuto do Direito de Oposição tenha sido cumprido, a verdade é que tal aperto de calendário corta a possibilidade de fazermos uso pleno deste direito e mostrar que a Câmara não está aberta a nenhuma proposta que queiramos pôr em cima da mesa.

Este orçamento tem ainda outra marca que o caracteriza, e o torna incomportável: o peso dos impostos sobre o cidadão. Numa altura em que a crise aperta e o orçamento das famílias é talhado por várias lâminas, a maioria que governa a Câmara de Mafra não hesita em aprovar as taxas máximas de IMI e de IRS.

No entanto, nada nos é dito sobre as medidas tomadas para enfrentar os cortes orçamentais que atingiram a autarquia.

Por outro lado, a Câmara abdica de fontes de receita que poderiam contribuir para maior liquidez, como por exemplo a passagem da concessão da rede de baixa tensão para a PAVIMAFRA, ou a recusa de taxação das caixas Multibanco instaladas na via pública.

A injustiça fiscal que este orçamento faz cair sobre os contribuintes torna-se ainda maior quando a Câmara aprovou a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, aplicada por empresas que utilizam o subsolo. A diferença desta taxa e da que propomos para as caixas multibanco é que esta, está na lei, não pode ser cobrada aos clientes dos bancos, enquanto a Taxa de Direitos de Passagem soma à conta que cada município paga.

Já agora, gostava que nos explicassem por que razão, no orçamento da Receita, a Câmara só prevê arrecadar 5 euros com a cobrança desta taxa. Estamos perante um engano grave neste documento ou está a Câmara a admitir a sua incapacidade para cobrar estas verbas às operadoras que as arrecadam quando os clientes pagam as suas facturas, dando desta forma razão Às críticas feitas pelo Bloco de Esquerda quando dizemos que esta taxa não serve os interesses de consumidores e da autarquia?

Senhor presidente da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Pelas razões que aqui expus, o Bloco de Esquerda não pode dar o seu aval às indefinições, à falta de abertura política e à injustiça fiscal que a Câmara de Mafra trouxe hoje a este debate, pelo que iremos votar contra as propostas apresentadas.

Mafra, 30 de Dezembro de 2010

O Eleito do Bloco de Esquerda

Anibal Ferra

Exmº Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente Ministro dos Santos, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Municípes aqui presentes, muito boa noite a todos e desejos de um Bom Ano 2011 para todos.

No dia 5 de Outubro também eu fui aplaudir a inauguração da nova Escola Básica do Milharado, que há já muito tempo fazia falta á população daquela freguesia. Podemo-nos orgulhar do Novo Espaço Físico, mas há ainda situações que se encontram sem solução á presente data.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia, durante o seu discurso, afirmou: "que as escolas não se podem limitar a ser um conjunto de salas com mesas e cadeiras. Devem ser também exemplos de exigência. É por isso que têm bibliotecas e espaços para as Novas Tecnologias".

Nós, pais e alunos, somos exigentes. Não queremos só o espaço para as Novas Tecnologias que se encontra equipado desde a inauguração do referido estabelecimento de ensino. Queremos que os equipamentos cumpram a sua função; Que Funcionem!

Três meses volvidos desde o início das aulas, a Internet ainda não foi instalada. Sendo que esta Escola Básica não beneficia ainda em plenitude, do referido no Cap.3.9 da Carta Educativa do Concelho de Mafra.

Quero ainda relembrar que as boas práticas da reciclagem no referido estabelecimento não estão a poder ser cumpridas, porque ainda não foram colocados os respectivos Ecopontos.

Solicitou a população que fosse melhorado o acesso pedonal pela Azinhaga do Poço à referida Escola. Gostaríamos de saber para quando está prevista a sua concretização.

Solicitámos também a colocação de um Espelho no cruzamento junto ao cemitério, para facilitar a visibilidade de quem vem da Escola, que é bastante diminuta, está a ser programada a sua colocação?

Queixa-se a população de Vila de Canas que o Abrigo, para as crianças que são recolhidas pelo transporte escolar, da responsabilidade da Junta de Freguesia ainda não está colocado. Disse!

Maria Beatriz Severino Gonçalves
Eleitor nº 1165
Rua Quinta S.João do Cevadeiro, 57
2665-307 Milharado
mbsgoncalves@sapo.pt

